



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

REUNIÃO DO MINISTÉRIO

Palácio do Planalto
1.º de fevereiro

O Presidente Sarney anuncia medidas de contenção do déficit público em solenidade no Palácio do Planalto. Todo o Ministério participará da cerimônia, além dos presidentes da Câmara, Ulysses Guimarães, e do Senado, Humberto Lucena.

26 de janeiro — O Senado Federal aprova a criação de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar irregularidades na administração federal.

— O Ministro do Planejamento conversa com o Presidente Sarney e afirma que virá uma nova alta da taxa de juros, provocada por uma política monetária restritiva, para controlar a taxa de inflação.

27 de janeiro — O Conselho Monetário Nacional acaba com a exigência da compra de bônus lançados no exterior pelo Tesouro brasileiro, como requisito para a conversão da dívida externa em investimentos diretos.

— O Presidente Sarney assinará decreto extinguindo cargos públicos vagos e proibindo contratações na Administração Direta. Com a medida deixarão de ser preenchidos 20 mil cargos, que representam 3,6% de um total de 500 mil.

30 de janeiro — O IBGE divulgou a inflação de janeiro: 16,31%. Nos últimos 12 meses ela chegou a 364,70% e em três meses acumulou 50,06%. Para o presidente da Ordem dos Economistas de São Paulo, Roberto Macedo, a inflação de janeiro «coloca pi-

menta na política feijão com arroz do ministro Maílson da Nóbrega — ele terá que procurar outro cardápio».

— O Ministro da Fazenda ameaçou demitir os dirigentes das empresas estatais que não cumprirem com rigor as metas de redução do déficit público. Segundo o ministro, os dirigentes que não se enquadrarem na política de contenção de gastos sofrerão punições, «podendo até ser demitidos dos cargos que ocupam»...

1.º de fevereiro — Durante a Reunião Ministerial o Presidente José Sarney faz pronunciamento anunciando novas medidas econômicas para a contenção do déficit público.

Reuni o Ministério e convidei para participar desta reunião os presidentes dos Poderes Legislativo e Judiciário, porque o assunto a ser tratado não diz respeito somente ao Poder Executivo: é do interesse do País, envolve a responsabilidade de todos pela administração pública.

Convidei-os com a visão da necessidade de um acompanhamento de todos os chefes de poderes. E agradeço muito que tenham comparecido, que conosco dividam as reflexões que devemos fazer sobre o andamento da coisa pública.

Estamos implantando pela primeira vez em nosso País uma nova sistemática orçamentária. Um orçamento votado pelo Congresso Nacional e certamente executado dentro da lei, sob a vigilância do Poder Judiciário. O Poder Executivo, através dessa sistemática, abdicou dos seus poderes de gerar gastos, todos eles colocados em rubricas próprias, com fontes de receita devidamente especificadas.

Qualquer modificação somente poderá ser feita com aprovação do Congresso Nacional. É um avanço político de grande magnitude, que importa também em uma grande responsabilidade.

Os senhores Ministros da Fazenda e do Planejamento terão oportunidade de fazer uma análise técnica e detalhada do nosso orçamento para 1988, e as dificuldades que teremos para executá-lo fielmente, o que não poderá acontecer senão com a ajuda e a compreensão de todos.

A antiga sistemática orçamentária não dava condições de viabilização completa dos gastos públicos. Por outro lado, a descentralização, salutar, que foi uma das conquistas da abertura democrática, provocou em alguns casos liberalidades que, por mais que sejam justas, o Tesouro Nacional não tem condições de arcar. Assim, os gastos de pessoal aumentaram de forma desproporcional, independentemente de autorização presidencial, fugindo ao controle de nossos órgãos de acompanhamento das despesas públicas. A receita chegou a níveis baixíssimos, o que agora agrava o quadro. O trabalho, realizado com paciência, coragem e determinação, levou a administração pública finalmente a um orçamento unificado, transparente, capaz de oferecer uma visão completa das contas públicas.

E nessas contas não podemos negar que o déficit potencial é uma ameaça à estabilidade econômica, um empecilho ao combate à inflação, uma injustiça para com o contribuinte.

Infelizmente a politização da área fazendária não nos permitiu um efetivo controle, de modo a evitar distorções e equívocos. Com mais experiência, com mais vivência e melhor aparelhados administrativamente, estamos iniciando uma etapa decisiva nesta área.

Na semana passada tomamos algumas providências da maior profundidade para completar o arcabouço legal destinado a instrumentalizar o Governo no controle de gastos.

Considero ter chegado a um momento decisivo do meu Governo. Nestes três anos venho sendo absolutamente tolerante, tentando harmonizar conflitos, muitos deles impossíveis de harmonizar porque não encontrei correspondência nem o desejo de harmonizá-los. A falta de lealdade à política governamental em alguns setores levou a que as diretrizes e metas muitas vezes não pudessem ser cumpridas.

Não tenho mais tempo a perder. Determinei aos senhores ministros que exerçam absoluta vigilância das diretrizes que estou tomando e que aqueles seus subordinados que não as cumprirem devem ser afastados de suas funções porque estão contra o Governo.

Por outro lado, os padrões éticos devem ser patrimônio de todos e devemos redobrar a vigilância para apurar, coibir e evitar qualquer prática condenável na administração pública. A corrupção, essa erva daninha que tem assolado o serviço público no Brasil, não pode deixar de merecer combate prioritário.

Nenhum interesse político pode afastar-me dessa determinação. Os que comigo têm trabalhado ao longo de minha vida pública e no Governo sabem do meu cuidado, da minha obsessão, da minha intransigência nesse particular.

Nossa tarefa, portanto, de todos nós, será a de procurar combater o déficit público, combater a inflação, sem deixar de ter a perspectiva de que a nossa meta maior é o crescimento econômico.

Por isso determino aos senhores ministros estrita observância e obediência às diretrizes que vamos tomar em relação ao Poder Executivo.

Espero que os esclarecimentos aqui expressos pelos Ministros do Planejamento e da Fazenda sejam úteis aos chefes dos Poderes Legislativo e Judiciário na execução orçamentária, bem como para dar-lhes uma visão dos nossos problemas, que são problemas da nação brasileira.

Agradeço mais uma vez a presença do deputado Ulysses Guimarães, do ministro Rafael Mayer, do senhor Humberto Lucena e dos senhores líderes a esta reunião. Todos a engrandecem com o prestígio de suas presenças.

Aos senhores ministros expresso a minha confiança em sua lealdade, em seu trabalho e no seu espírito público.